

## OPLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ARBITRAGEM								
<b>DOCENTE</b>	FABIANO ROBALINHO (ASSISTENTE) E FABIANE VERÇOSA (SUPERVISORA)								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR029/GRDDIR074	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	5º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	A Eficácia do Processo e os Métodos Alternativos de Solução de disputas. Natureza Jurídica da Arbitragem. O Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Fundamentos da Arbitragem: as Partes na Arbitragem, o Objeto de Arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e Compromisso Arbitral, questões diversas sobre a cláusula compromissória. Procedimento arbitral: instauração da Arbitragem, processo de escolha e nomeação dos árbitros, procedimento Arbitral, sentença arbitral. A relação entre o juízo arbitral e o poder judiciário: hipóteses de intervenção do Judiciário antes do procedimento arbitral, cooperação entre o Judiciário e a arbitragem, nulidade do Laudo Arbitral: Ação de nulidade (art. 32) e embargos de Devedor, execução das Sentenças Arbitrais.								
<b>OBJETIVOS</b>	Analisar a arbitragem como meio de resolução de disputas alternativo ao sistema judiciário brasileiro.								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas expositivas com a participação dos alunos e preparação de peças do processo.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
X	Outras: Compreender a eficácia do processo e dos métodos Alternativos de Solução de disputas. Abordar a natureza jurídica da Arbitragem. Tipificar o Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Identificar os fundamentos básicos da Arbitragem. Conhecer convenção de arbitragem e procedimento arbitral. Relacionar juízo arbitral e poder judiciário. Simular procedimento arbitral: partes, advogados e árbitros.								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Introdução (Características, Vantagens, Princípios)								
2	Introdução (Natureza jurídica, Constitucionalidade)								
3	Arbitrabilidade (Subjetiva e Objetiva)								
4	Árbitros (Requisitos, Custos e Nomeação)								
5	Árbitros (Dever de revelação, IBA e Impugnação)								
6	Convenção arbitral (Cláusula e compromisso, Autonomia, Transmissão e Exclusão)								
7	Convenção arbitral (Cláusulas Patológicas, Elementos Básicos e Efeitos)								
8	Convenção arbitral (Redação da Cláusula Compromissória)								

9	Instauração do procedimento e sua fase postulatória (Assinatura do Termo e art. 21)
10	Fase instrutória (art. 22, IBA e Regras de Praga)
11	Sentença (Parcial, Esclarecimentos, Custos e Despesas)
12	Interações entre Judiciário e Arbitragem (Poder de Império, Tutelas e Carta arbitral, artigo 7º)
13	Anulação e Execução da Sentença Arbitral
14	Arbitragem Internacional
15	Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Prova 1: Prova em sala de aula Prova 2: Prova em sala de aula
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e Processo – Um Comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Ed. Atlas S.A. LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). <i>Curso de Arbitragem</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. CAHALI, Francisco. <i>Curso de Arbitragem</i> . 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZI, Renato Rezende (coord). A Reforma da Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2016. MUNIZ, Joaquim de Paiva; VERÇOSA, Fabiane; PANTOJA, Fernanda; ALMEIDA, Diogo de Assumpção Rezende. (coord.). Arbitragem e Mediação. Temas Controvertidos. Rio de Janeiro: Forense, 2014. DINAMARCO, Cândido Rangel. A Arbitragem na Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2013. VERÇOSA, Fabiane. A Aplicação Errônea do Direito pelo Árbitro. Uma Análise à Luz do Direito Brasileiro e Estrangeiro. Curitiba: CRV, 2015. MAZIERO, Francisco Giovanni Mattedi (org.). International Arbitration in the Age of the Technological Revolution, v. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.